



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CURURUPU**

**Representação nº 1/2026 - PJCPU**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO  
MARANHÃO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** representado pelo Promotor de  
Justiça infra-firmado e legitimado pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, com fulcro no art. 43,  
Inciso I, da Lei nº. 8.258/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, vem perante V.  
Exa. Propor

**REPRESENTAÇÃO COM MEDIDA CAUTELAR**, em face do:

**MUNICÍPIO DE CURURUPU**, pessoa jurídica de direito público,  
representada por seu Procurador-Geral do Município, ex vi do art. 242, § 3º, do Novo Código de Processo  
Civil, a ser citado na sede da Procuradoria Geral do Município de Cururupu; e

**ALDO LUIS BORGES LOPES**, Prefeito Municipal, , com endereço na rua  
Getúlio Vargas, 20, Centro, Cururupu/MA, a ser citado na sede da Prefeitura Municipal de Cururupu/MA;  
pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**I - DO OBJETIVO DA PRESENTE DEMANDA:**

A presente Representação tem como *causa petendi*, apurar irregularidades ou atos de gestão ilegítimos, antieconômico ou infração à norma legal em decorrência de ilegalidades no processo de abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil.

Portanto, a tutela pretendida consiste na apuração de atos de gestão ilegítimos, antieconômico ou infração à norma legal em decorrência de ilegalidades no processo de abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil.

## **II. DOS FATOS**

Tratam-se os autos de Representação com a finalidade de apuração de irregularidades ou atos de gestão ilegítimos, antieconômico ou infração à norma legal em decorrência de ilegalidades no processo de abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil.

A Promotoria de Justiça de Cururupu instaurou Procedimento Administrativo para averiguar a legalidade ou não da abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil.

Expedição de ofício a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça solicitando análise dos autos quanto à observância dos princípios e requisitos da lei de Contabilidade Pública, LRF e as leis orçamentárias Municipais tendo em vista abertura de crédito especial.

Em resposta a Assessoria Técnica emitiu parecer concluído que o Poder Executivo de Cururupu descumpriu a Lei Federal nº4.320/1964 ao solicitar à Câmara Municipal autorização para abertura de crédito adicional especial em vez de crédito adicional suplementar.

Vejamos trechos do Parecer Técnico emitido pela Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça:

*“O Projeto de Lei referido de iniciativa do Poder Executivo do município de Cururupu, propondo a abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2022 em conformidade com o disposto no inciso II, do artigo 41 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a custear despesas com aquisição de material permanente para a Educação Infantil com recursos da Complementação Valor Anual Total por Aluno –VAAT(FUNDEB), conforme determinação da Emenda Constitucional da Emenda nº 108/2020.*

*O projeto de Lei nº15, após a justificativa apresentada pelo Poder Executivo Municipal, foi aprovado pela Câmara Municipal em 19 de dezembro de 2022. Segundo o art.2º do Projeto de Lei, o crédito adicional especial terá a classificação orçamentária 4.4.90.52.00–Equipamentos e Materiais Permanentes.*

*Passa-se à análise.*

*A Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, prescreve que:*

*“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. (O grifo é nosso).*

*O Projeto de Lei solicita autorização para abertura de crédito adicional especial. Porém, como descreve a Lei, os créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, o que não era o caso, posto que a Lei Orçamentária Anual–LOA já continha dotação orçamentária para a rubrica 4.4.90.52.00 -Equipamentos e Materiais Permanentes. Logo não deveria ser aberto crédito adicional especial e sim crédito adicional suplementar, que é destinado a reforço de dotação orçamentária.*

*Os créditos adicionais suplementares se incorporam ao orçamento do exercício financeiro em que foi autorizado, enquanto os créditos adicionais especiais têm vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo e o ato de autorização acontecer nos últimos quatro meses do exercício. Nesse caso, o saldo remanescentes será incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente.*

*Dessa forma, é possível concluir que o Poder Executivo, considerando a exiguidade de tempo no exercício financeiro em que foi autorizado o crédito, para a execução financeiras e fosse crédito adicional suplementar, solicitou autorização para a abertura de crédito adicional especial, que poderia ser executado no exercício financeiro subsequente, burlando dessa forma a legislação vigente.”*

A abertura incorreta de créditos adicionais como "especial" pode encobrir falta de planejamento ou tentar burlar limites de remanejamento, violando também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ao comprometer a transparência e a legalidade dos atos orçamentários.

**Diante dessa ilegalidade, pode-se afirmar que a situação, da forma como se apresenta nos autos, o representado de forma cristalina viola o previsto nos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública) e a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal.**

### **III - Do Direito**

#### **I - VIOLAÇÃO AO ART. 41 DA LEI 4.320/64**

A Lei Federal nº 4.320/1964, prescreve as normas gerais de Direito Financeiro, é taxativa ao distinguir as modalidades de créditos adicionais em seu art. 41, in verbis:

*“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

Ao solicitar autorização para abertura de crédito **especial** em vez de **suplementar**, o gestor incorre em erro de classificação contábil-legal que compromete a transparência e o controle orçamentário. Tal manobra muitas vezes é utilizada para burlar o limite de suplementação fixado na Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que créditos especiais exigem lei própria e não se submetem ao mesmo teto de remanejamento autorizado.

O caso em tela demonstra claramente que a dotação existia e precisava apenas de reforço, enquadrando-se no **Art. 41, I (Suplementar)**. A utilização de crédito especial para fim de suplementação desvirtua o instituto, viola o princípio da especialidade e a correta técnica orçamentária.

Desta feita, verifica a violação aos artigos 41 e 42 da Lei 4.320/1964.

## **II - VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC N° 101/2000).**

O art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal prescreve, in verbis:

*“Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*

*I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;*

*II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;*

*III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:*

*a) (VETADO)*

*b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.*

*IV - conterá a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas; e (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos*

*V - conterá, em anexo, a estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias, no exercício de sua elaboração e para os 2 (dois) exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos*

*§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.*

*§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.*

*§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.*

*§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.*

§ 5º *A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.*

§ 6º *Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.*

§ 7º (VETADO)

§ 8º *As estimativas de que trata o inciso IV do caput deste artigo serão organizadas em anexos específicos com estimativa das renúncias no exercício de referência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025\)](#) [Produção de efeitos](#)*

A manobra atenta contra o **art. 5º da LRF**, que exige que a lei orçamentária seja clara e específica. Além disso, a abertura de créditos sem a devida classificação e indicação de recursos reais viola o **art. 15 e 16 da LRF**, uma vez que a despesa deixa de ser considerada legal se não houver conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias.

Desta feita, verifica a violação **aos artigos 5º, 15 e 16 da Lei 101/2000 (LRF)**.

### **III – DA VIOLAÇÃO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CF/88)**

O **art. 167, V, da Constituição Federal**, veda expressamente a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, in verbis:

“Art. 167. São vedados:

(...)

*V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

Além disso, o descumprimento das normas técnicas de orçamento fere o **Princípio da Legalidade (Art. 37, caput)** e o **Princípio da Unidade Orçamentária**.

Desta feita, verifica a violação aos artigos 37, caput e art. 167, V, da Constituição Federal.

### **III - DAS MEDIDAS CAUTELARES**

O artigo 75, da Lei nº 8.258/2005, Lei Orgânica TCE/MA, a expedição de cautelar visa prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões, in verbis:

*" Art. 75 - O Pleno do Tribunal ou o relator, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada."*

Entretanto, deve-se observar os requisitos necessários à concessão de medida cautelar, quais sejam *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, a fim de que a cautelar seja dotada de moderação e tenha o intuito de resguardar os princípios constitucionais e o interesse público.

Com efeito, na conformidade do dispositivo transcrito, todos os pressupostos autorizadores para a concessão da medida se encontram caracterizados. Para tanto, mister que estejam presentes os requisitos do *fumus boni iuris*, que vem a ser “a plausibilidade do direito substancial invocado” e do *periculum in mora*, configurado em um “dano potencial, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte”.

O *fumus boni iuris*, ou seja, a plausibilidade do direito invocado decorre de fatos comprovados de plano, através dos documentos acostados aos autos, uma vez que demonstram que houve violação aos **arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal**.

Quanto ao risco de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*), outro requisito para a concessão da tutela provisória de urgência antecipada, na presente ação, resta igualmente demonstrado, uma vez que demonstra a execução orçamentaria irregular em decorrência da violação aos **arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal, causando violação as Leis Orçamentárias Municipal e prejuízo ao erário municipal**.

Assim, ante a relevância do fundamento da demanda e presentes os elementos autorizadores da concessão de medida de urgência, não é possível o aguardo da decisão final para o cumprimento da obrigação resultante da Constituição Federal, sob pena de irreparabilidade do prejuízo causado, sendo imprescindível a concessão de tutela antecipada ao presente caso.

Entendendo-se assim demonstrado e materializado os requisitos ensejadores da concessão de medida cautelar, pela presença do *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

**Pelo exposto, requer a concessão de medida cautelar** nos termos do art. 75 da LOTCE/MA, sem a oitiva das partes, determinando:

**(1) a suspensão e anulação do decreto/lei de abertura do crédito e dos atos de empenho/pagamento subsequentes, em decorrência da violação aos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal;**

**(2) A realização de auditoria na contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício financeiro de 2022 tendo em vista violação aos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal, causando prejuízo ao erário municipal em decorrência de ilegalidades no processo de abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil;**

Frise-se, ainda, que não existe perigo de irreversibilidade dos efeitos de uma decisão. Já o contrário é plenamente visto, ou seja, não sendo concedida a tutela urgentemente poderá ser tardia e ineficaz uma decisão posterior, fulminando o direito da parte interessada de uma forma irreversível, posto que atos praticados em desacordo com as normas legais previstas na lei de contratação pública e na admissão de pessoal causaram danos irreparáveis a administração pública.

## **V - DOS PEDIDOS FINAIS**

Ante o exposto, requer-se o Ministério Público Estadual:

a) seja recebida a presente Representação, uma vez que atende aos requisitos legais de admissibilidade;

b) seja determinado a **Tramitação preferencial** do processo, por revelar fato grave, nos termos do art. 152, V e adoção do rito sumaríssimo, em conformidade com o art. 241, parágrafo único, ambos do Regimento Interno do TCE/MA;

c) seja concedido **medida cautelar para:**

**(1) a suspensão e anulação do decreto/lei de abertura do crédito e dos atos de empenho/pagamento subsequentes, em decorrência da violação aos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº**



4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal;

(2) A realização de auditoria nas contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício financeiro de 2022 tendo em vista violação aos arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 (Lei de Contabilidade Pública), a Lei de Complementar nº. 101/2000 e a Constituição Federal, causando prejuízo ao erário municipal em decorrência de ilegalidades no processo de abertura de crédito especial pelo Poder Executivo Municipal para aquisição de material permanente para educação infantil;

- d) a intimação dos representados, para caso quieram apresentar manifestação;
- e ) seja julgado procedente a presente Representação;

Pede deferimento.

Cururupu, data e hora do sistema.

**SAMIRA MERCES DOS SANTOS**

**PROMOTORA DE JUSTIÇA**

**RESPONDENDO**



Documento assinado eletronicamente por **SAMIRA MERCES DOS SANTOS, Promotora de Justiça, respondendo**, em 18/02/2026, às 09:55, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) ou clicando no [link](#) informando o código verificador **0298950** e o código CRC **F7D44EFC**.

**O MP trabalha para você!**

Rua Coronel Farias, 50 - Bairro Centro - CEP 65.268-000 - Cururupu - MA

Contato: - e-mail: [pjcururupu@mpma.mp.br](mailto:pjcururupu@mpma.mp.br)